

PL 7448/2017 e sua importância para o Direito brasileiro

Autor(a): Marçal Justen Filho

Publicado em: 18 de abril de 2018

Publicação: jota_import

Link JurisTube:

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/pl-74482017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>

Fonte original:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pl-7448-2017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/pl-74482017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro#ep-23f1756e

Resumo

Não é uma solução final, mas é um passo importante

Texto integral

A aprovação do Projeto de Lei 7.448/2017 merece aplausos da comunidade jurídica em seu conjunto. A sua integral conversão em lei representa um avanço essencial para assegurar o progresso nacional, os investimentos indispensáveis e a segurança jurídica. Alguns argumentos levantados contra o diploma são improcedentes. O Projeto fornece regras para disciplinar a invalidade dos atos administrativos. Não proíbe nem restringe a anulação de atos. Reduz a insegurança causada por anulação de um ato ou contrato administrativo. É preciso afastar a crítica quanto ao combate à corrupção. O Projeto não se refere a questões de corrupção, não restringe os poderes de investigação, não assegura imunidades nem privilégios. Não é um projeto para “acabar com a lava-jato”, argumento utilizado hoje em dia para qualquer coisa. +JOTA: Associações pedem veto de Temer a projeto que altera LINDB O Projeto não restringe as competências do Tribunal de Contas, que são inconfundíveis com as do Poder Judiciário. Ele autoriza o Poder Judiciário a declarar a validade de atos jurídicos antes de uma controvérsia perante o órgão de controle. Ao invés de ingresso no Poder Judiciário depois da decisão contrária do órgão de controle, fica admitido o exame antecipado pelo Judiciário. O Tribunal de Contas permanecerá titular de sua competência, que não se confunde com aquela do Judiciário. O Projeto resolve um problema grave, que é a incerteza produzida pela invalidação de ato administrativo. Passa a ser obrigatório determinar expressamente os efeitos da decisão. Isso não significa exigir que a pessoa tenha poderes sobre-humanos de previsão do futuro. Basta aplicar o conhecimento disponível. O Projeto não determina que é obrigatório prever o imprevisível. +JOTA: Por que uma lei contra o arbítrio estatal? Críticas apresentadas ao Projeto de Lei nº 7448/2017 não se sustentam +JOTA: O PL 7448/2017 e o fim dos princípios: Proposta legislativa segue à margem do processo de fortalecimento da própria ideia de Constituição Nem cabe dizer que o problema é impor essa exigência para as decisões dos órgãos de controle. O Projeto determina que o órgão de controle deixe claro os efeitos de suas decisões. Isso é essencial para evitar que um processo administrativo ou judicial demore décadas para ser concluído e sejam necessárias outras décadas para determinar os efeitos de uma decisão de invalidação. O Projeto também prevê uma transição para a aplicação de interpretações

inovadoras, reconhecendo as dificuldades dos diversos órgãos em seguir novidades. Isso não afeta a competência do Tribunal de Contas, nem mesmo quando se prevê um ajustamento de conduta. A democracia exige que a administração seja consensual. O Projeto segue essa concepção, protegendo os servidores e os particulares que atuam de boa-fé. Outra solução nessa linha é admitir acordos para corrigir situações irregulares. Isso é largamente praticado no âmbito do Ministério Público (Termos de Ajustamento de Conduta – TAC). O Projeto autoriza essa solução, ressaltando os casos de enriquecimento ilícito ou crime. E estabelece que, se for o caso, é possível submeter o acordo à aprovação do Poder Judiciário. +JOTA: PL 7448/2017 – Condescendência no atacado. Lei não está madura para ser levada a efeito e o melhor caminho hoje é o veto integral do projeto +JOTA: Hiperativismo do controle versus inércia administrativa. Governança pública e novos standards interpretativos como caminhos para a renovação do Direito Administrativo Justamente por isso, o Projeto determina que o servidor público somente pode ser punido por decisão ou opinião em caso de dolo ou erro grosseiro. Trata-se afastar o chamado “crime de hermenêutica”, em que o sujeito é punido por ter adotado interpretação diversa daquela escolhida por outrem. O crime de hermenêutica é repudiado universalmente, mas tem sido largamente praticado entre nós contra os servidores públicos. O Brasil necessita de investimentos, especialmente em infraestrutura. Isso depende de segurança jurídica, previsibilidade e transparência. O Projeto caminha nessa direção. Não é uma solução final, mas é um passo importante. O que não é possível é ficarmos marcando passo ou andando de costas para o futuro.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

FILHO, Marçal Justen. PL 7448/2017 e sua importância para o Direito brasileiro. *jota_import*, 18 abr. 2018. Disponível em:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pl-7448-2017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em:

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/pl-74482017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>. Acesso em: 26 set. 2026.

APA 7ª edição

Filho, M. J. (2018, Abril 18). PL 7448/2017 e sua importância para o Direito brasileiro. **jota_import**. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pl-7448-2017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

FILHO, Marçal Justen. 2018. "PL 7448/2017 e sua importância para o Direito brasileiro." **jota_import**, April 18. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pl-7448-2017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>

BibTeX

```
@article{mar-al-justen-filho-pl-7448-2017-e-sua-import-ncia-para-o-di-2018,
author = {Filho, Marçal Justen},
title = {PL 7448/2017 e sua importância para o Direito brasileiro},
journal = {jota_import},
year = {2018},
url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pl-7448-2017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro},
urldate = {2018-04-18}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/marcal-justen-filho/pl-74482017-e-sua-importancia-para-o-direito-brasileiro>

PDF gerado em 2026-09-26 13:56 UTC